

# Campanha Global pela Educação

---

## Documento informativo sobre as áreas prioritárias de enfoque estabelecidas pelo Plano Estratégico 2023-2027

### Liderança Educacional e Governança

#### 1. Contexto<sup>1</sup>

A aprendizagem é um elemento da vida, um sistema organizacional que integra todos os fenómenos ecológicos que possibilitam a evolução, por isto os processos de aprendizagem surgem no ser humano através de processos cognitivos que reflectem culturas e sociedades.

Embora os processos de aprendizagem sejam inerentes ao ser humano, eles certamente são desenvolvidos e estimulados por meio da educação. A educação tem como objectivo potencializar o pleno desenvolvimento da personalidade humana, de aprendizagem e portanto, dar um sentido integral, ao tornar-se assim um ponto de referência para a vida e, mais ainda, um estímulo para ela mesma.

A consequência preliminar que é extraída desta afirmação é que a educação tem uma legitimidade ética, filosófica e científica inquestionável. Portanto, o direito à educação não é apenas um direito humano universal, mas também um fundamento da ecologia e do desenvolvimento.

A educação pode fazer a diferença entre a vida e a morte. Por isto, considerar a educação apenas como um direito social ou cultural é negar a totalidade da sua dimensão. Talvez também estejamos num ponto em que devemos começar a discutir a aprendizagem como um direito humano, porque *ensinar a aprender*<sup>2</sup> é provavelmente o curso pedagógico mais importante que devemos promover.

Contudo, a educação deve enfrentar desafios duros de forças opostas que continuam a vê-la como instrumento disciplinador do mercado e, conseqüentemente, como uma forma de serviço (não um direito) subordinada aos interesses da economia, ao invés aos seres humanos.

---

<sup>1</sup> This section is based on: Muñoz, Vernor. El mar entre la niebla: El camino de la educación hacia los derechos humanos. Campaña Latinoamericana por el Derecho a la Educación. San José, 2009.

<sup>2</sup> Cf. Delors, Jacques. Learning: the treasure within; report to UNESCO of the International Commission on Education for the Twenty-first Century. UNESCO, Paris, 1996.

Estas forças estão enquadradas em estruturas patriarcais que vinculam praticamente todas as relações sociais, políticas, económicas e culturais e constituem barreiras imensas no progresso na realização dos direitos humanos.

O quadro social de opiniões e comportamentos patriarcais estabeleceu uma concepção de Estado como uma organização segmentada e piramidal, que com o passar do tempo tornou-se um terreno fértil para sistemas de exclusão que dificultam o diálogo recíproco e igualitário entre as pessoas.

Esta estrutura patriarcal deu forma às linguagens, conceitos e modelos educacionais e teve um impacto dramático na aprendizagem, que valida e reproduz, de geração em geração, os estereótipos, os preconceitos e as desigualdades, às vezes as vontades dos tomadores de decisão são até ignoradas e múltiplas identidades históricas e culturais são subjugadas a um único projecto educacional<sup>3</sup> que está sujeito, portanto, à discriminação institucionalizada.

Este quadro de desigualdades e assimetrias, anterior aos sistemas de educação, exerce uma influência decisiva na organização das escolas. É um sistema que define relações desequilibradas entre as pessoas<sup>4</sup>, que coloca os homens e mulheres numa hierarquia de dominância que tem sido apresentada como “natural” e que vai além do género para incluir-se discursos sexistas, racistas e nacionalistas<sup>5</sup>.

Neste quadro de assimetrias que o Estado moderno tem cultivado, a noção de liderança tem sido tradicionalmente entendida como uma função de comando, na qual é assumida por uma pessoa ou um pequeno grupo de pessoas está destinado a liderar e outro grupo maioritário a seguir ou obedecer. Infelizmente, os sistemas educacionais convencionais reproduziram este modelo social, o que é inaceitável do ponto de vista dos direitos humanos.

A visão alternativa de liderança considera, sim o oposto, desenvolver competências em todas as pessoas para que sejam promovidos ambientes democráticos onde as decisões sejam tomadas de maneira informada, ao esperar-se que seja através de consenso, e com regras justas nas quais os direitos dos grupos minoritários sejam respeitados.

A liderança deve ser entendida como a capacitação das pessoas, e não como uma investidura nos indivíduos.

---

<sup>3</sup> Bolívar, Antonio. *Ciudadanía y escuela pública en el contexto de diversidad cultural*. Revista Mexicana de Investigación Educativa. ENE-MAR 2004, Vol. 9, Núm 20.

<sup>4</sup> Peoples Movement for Human Rights Learning (PDHRE). *Transforming the patriarchal order into a human rights system toward economic and social justice for all*. New York. [www.pdhre.org](http://www.pdhre.org).

<sup>5</sup> Herrera Flores, Joaquín. *De habitaciones propias y otros espacios negados. Una teoría crítica de las opresiones patriarcales*. Instituto de Derechos Humanos de la Universidad de Deusto. Número 33. Bilbao, Spain, 2005., p. 29.

## **2. O Plano Estratégico da CGE (2023-2027)**

O Plano Estratégico da CGE (2023-2027) aborda a liderança educacional e o espaço civil como uma área política importante onde todos os membros devem trabalhar.

Algumas das acções fundamentais nas quais a CGE está a concentrar-se são:

- Promover processos colaborativos entre tomadores de decisão e sociedade civil que representam os alunos, pais, professores e jovens em toda a sua diversidade, para que seja melhorada a qualidade da educação e do sistema educacional;
- Conectar tendências sociais, económicas e ambientais às necessidades e práticas educacionais e institucionais, e desenvolver vínculos e colaboração eficazes com outros sectores;
- Garantir a responsabilidade pelas decisões educacionais, investimentos, uso de recursos e resultados em todos os níveis;
- Promover a governança democrática e o diálogo social, incluindo com os sindicatos que representam os professores e o pessoal de apoio e com os sindicatos dos estudantes.

As acções propostas estão integradas numa abordagem pragmática que visa reformular as relações entre os mecanismos tradicionais de tomada de decisão e o direito das pessoas de participar destas decisões.

## **3. Desafios críticos**

O principal desafio estrutural que o movimento enfrenta é a existência de sistemas institucionais historicamente apoiados pela concentração de poder, superação de vontades e imposição de padrões que não respondem aos direitos e necessidades das pessoas, especialmente daquelas tradicionalmente marginalizadas.

A educação pode ser tanto o mecanismo de reprodução das assimetrias, como o veículo para superá-las. Por isto, é fundamental lembrar que a luta pelo direito à educação é essencialmente política.

O fortalecimento e a exigência do estabelecimento de lideranças colaborativas e democráticas é o caminho que o movimento deve seguir, para que as decisões e responsabilidades sejam assumidas colectivamente, e não individualmente.

A liderança colectiva oferece melhores opções para a transformação educacional, se incluir os grupos historicamente discriminados, como os jovens, as mulheres e as meninas, LGTBQI+, as pessoas portadoras de deficiência e as minorias étnicas e culturais.

#### **4. Próximos passos**

A CGE pretende desenvolver iniciativas transversais, para abordar novas formas de liderança colectiva em todas as suas acções e nas suas prioridades de advocacia nacional, regional e internacional. Estas iniciativas devem incluir o desenvolvimento de directrizes, kits de ferramentas, informações de políticas, contribuições de boas práticas e, principalmente, devem ser baseadas em projectos e experiências em que os jovens e as mulheres tenham participação central.

As visões de género são um componente essencial dentro destes processos, de modo que a implementação da estratégia de género da CGE servirá de guia para a criação de ambientes democráticos, igualitários e sensíveis à diversidade.